

ELLEN CRISTINA GONÇALVES PIRES
Graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie; Pós-
Graduada em Direito Processual Civil pelo Centro de Extensão
Universitária - CEU; Mestre em Direito Político e Econômico pela
Universidade Presbiteriana Mackenzie; Advogada Sócia do escritório
Pires Gonçalves Advogados Associados; Coordenadora da Comissão
Terminais Celulares -Direito do Consumidor - da Associação Brasileira da
Indústria Elétrica e Eletrônica – ABINEE

O DIREITO DO CONSUMIDOR E OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Editora THOMSON IOB

São Paulo, 2006

CATALOGAÇÃO NA FONTE

G635d Pires, Ellen Cristina Gonçalves
O direito do consumidor e os juizados especiais
cíveis/Ellen Cristina Gonçalves Pires. - São Paulo: IOB
Thomson, 2006.
160 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 85-7647-568-5

1. Direito do consumidor. 2. Defesa do consumidor. I.
Título.

CDU 346.548

CDD 342.145

SUMÁRIO

1 - Introdução	13
2- Evolução Histórica	17
2.1 O Direito do Consumidor	17
2.2 Os juizados Especiais Cíveis	26
2.3 Legislação Comentada	30
2.3.1 Panorama da legislação do consumidor	30
2.3.2 Soluções de acesso à Justiça em alguns países	34
2.3.2.1 Estados Unidos	34
2.3.2.2 Itália	36
2.3.2.3 Polônia	37
2.3.2.4 Japão	38
2.3.2.5 México	39
3 - A Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor	43
3.1 Evolução desta Responsabilidade	43
3.2 A sistemática adotada pelo Código de Defesa do Consumidor	46
3.2.1 Conceitos e critérios adotados	46
3.2.2 Pressupostos da responsabilidade	52
a) defeito de concepção	54
b) defeito de produção	54
c) defeito de informação	54
3.2.3 Dano material e dano moral	57
3.2.4 Teoria do risco do empreendimento	60
3.2.5 Responsabilidade objetiva	61
3.2.6 Os responsáveis e a solidariedade	63
3.2.7 Causas excludentes da responsabilidade	65
4- Órgãos Judiciários e Administrativos de Defesa do Consumidor	69
4.1 Assistência Jurídica	69
4.2 Promotorias de Justiça	72

4.3	Delegacias de Polícia Especializadas no Atendimento ao Consumidor	74
4.4	Juizados Especiais Cíveis	76
	4.4.1 Da competência	76
	4.4.2 Da legitimidade das partes	81
4.5	Associações de Defesa do Consumidor	83
4.6	Procon	85
5	- Os Juizados Especiais Cíveis	91
5.1	Princípios Norteadores	91
5.2	O seu Funcionamento e as Peculiaridades Regionais	95
5.3	Os Juizados Itinerantes	99
5.4	Estatísticas de Acionamento, Valor Indenizatório e Eficiência dos Juizados Especiais Cíveis nos Estados Brasileiros	101
6	- A Proteção do Consumidor na Constituição Brasileira	105
6.1	Direito à Igualdade	105
6.2	Direito à Intimidade, à Vida Privada, à Honra e à Imagem e a Consagração do Direito Moral	107
6.3	Liberdade de Associação	109
6.4	Direito de Acesso ao Poder Judiciário	110
6.5	A Garantia do Direito Adquirido, do Ato Jurídico Perfeito e da Coisa Julgada	111
6.6	O Devido Processo Legal	112
7	- Princípios Constitucionais do Direito do Consumidor	115
7.1	Princípio da Vulnerabilidade do Consumidor	115
7.2	Princípio da Informação ao Consumidor	115
7.3	Princípio da Proteção em Face da Publicidade e Propaganda	117
7.4	Princípio Geral da Atividade Econômica	118
8	- A Facilitação do Processo de Reparação dos Danos Causados ao Consumidor nos Juizados Especiais Cíveis	119
8.1	O privilégio de Foro	119
8.2	A Conciliação	120
8.3	A Inversão do Ônus da Prova	122
8.4	A Concentração dos Atos e a Celeridade Processual	129
8.5	A Aplicação dos Enunciados	131
8.6	A Limitação Recursal	132
9	- A Convergência dos Princípios do Código de Defesa	

do Consumidor e os Critérios Orientadores dos Juizados Especiais Cíveis	137
10 - A Relação de Cooperação entre os Juizados Especiais Cíveis e os Demais Órgãos de Defesa do Consumidor	143
11 - Uma Análise Crítica sobre o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e o Futuro dos Juizados Especiais Cíveis	147
12 - Conclusão	153
Referências Bibliográficas	157